

# participaçãosocial

Informativo Especial da Secretaria-Geral da Presidência da República

2ª Edição – Maio de 2006



## PARTICIPAÇÃO POPULAR CRIA NOVA RELAÇÃO ENTRE ESTADO E SOCIEDADE

Cláudia Ferreira



Desde 2003 mais de dois milhões de pessoas foram mobilizadas nas diferentes etapas das 38 Conferências Nacionais. Por meio destes encontros, o exercício da cidadania é fortalecido e avanços concretos são obtidos.

**Página 4**



## DIÁLOGO SOCIAL GARANTE CONQUISTAS

Victor Soares/MTE



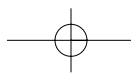
Negociações entre o governo e as Centrais Sindicais, como CUT, Força Sindical, CGT, CGTB, SDS e CAT garantiram um aumento real de 13% no valor do salário mínimo.

**Página 12**

Políticas Públicas foram construídas coletivamente entre governo e sociedade civil. As negociações permitiram conquistas significativas, entre elas, o Plano Safra da Agricultura Familiar, o Plano Nacional de Reforma Agrária, a Lei de Gestão de Florestas Públicas, a Reforma Universitária, o Crédito Consignado e a Política Industrial. **Página 13**



A participação da sociedade amplia as políticas públicas de inclusão social e de combate à pobreza. Iniciativas que integram o Fome Zero, como o Bolsa Família, o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar e a Rede de Educação Cidadã contribuem para reduzir a fome e a miséria no Brasil e para melhorar a distribuição de renda. **Página 20**



# Classes populares constroem novos espaços de participação

Ministério da Saúde/Arquivo



MAIS DE CEM mil pessoas foram mobilizadas para a 3ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador

A interlocução com todos os segmentos da sociedade civil e com os estados e municípios pauta a atuação do Governo Federal e está sendo fundamental para a construção de um país mais justo. Esse jeito de governar tem no diálogo a forma de equacionar democraticamente os conflitos e construir coletivamente as políticas públicas.

O conceito com o qual este governo passou a trabalhar é o de governabilidade ampliada, com a sociedade participando ativamente, não como público, mas como ator político real do processo e como sujeito da disputa.

A responsabilidade pela interlocução com a sociedade civil é da Secretaria-Geral da Presidência da República, a quem cabe coordenar as relações políticas com os diferentes segmentos da sociedade e dos movimentos sociais.

A participação efetiva da sociedade é fortalecida a cada dia. Decisões fundamentais para o país vêm sendo tomadas em contato direto e por meio de negociações com os movimentos sociais. Um exemplo disso foi a discussão do Plano Plurianual 2004/2007 (PPA), que define os investimentos do Governo Federal. Sob a coordenação da Secretaria-Geral e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o PPA foi amplamente debatido pela sociedade em 27

fóruns estaduais, que contaram com a presença de 2.170 entidades e organizações de caráter nacional e regional. Da mesma forma, políticas setoriais e programas que estão melhorando a vida de milhões de brasileiros foram concebidos e executados em conjunto com as grandes organizações sociais do Brasil.

## Espaços de Participação

Novos canais de participação social, como os conselhos de políticas públicas e de direitos, foram criados e consolidados. Esses espaços estimulam uma relação de co-responsabilidade entre o Estado e a sociedade, ao mesmo tempo em que conferem maior legitimidade às decisões e ações de governo.

Nos últimos três anos foram criados diversos Conselhos, entre eles, o de Juventude, Cidades, Transparência Pública e Combate à Corrupção, Aqüicultura e Pesca, Pirataria e Delitos contra a Propriedade Intelectual e Promoção e da Igualdade Racial.

Outros Conselhos foram revigorados, como é o caso do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), o primeiro a ser implantado pelo atual governo. O Consea tinha sido desativado em 1995 e foi reinstalado, oito anos depois, em janeiro de 2003.

A valorização desses espaços possibilitou maior eficácia na gestão pública e resultou na abertura de outros canais de participação, como as ouvidorias, mesas e consultas públicas. Em janeiro de 2003, por exemplo, havia 40 ouvidorias na estrutura da administração pública federal

**Conferências mobilizaram mais de dois milhões de pessoas em todo o país**

e hoje já são 124. As manifestações dos cidadãos são examinadas e encaminhadas pelas ouvidorias aos órgãos competentes para buscar o adequado atendimento e o aprimoramento do processo de prestação do serviço público.

## Conferências

O exercício da democracia participativa se consolidou também por meio da realização das conferências setoriais e nacionais. Desde 2003,

foram realizadas 38 conferências nacionais que já mobilizaram diretamente mais de dois milhões de pessoas em todo o país, desde as reuniões municipais até os grandes encontros nacionais – instâncias de reflexões, de estímulo ao pensamento criativo, de debates e negociação.

Só em 2006, foram realizadas doze conferências, três delas internacionais. A intensa participação popular nas conferências exemplifica a determinação do Governo Federal em estabelecer um efetivo diálogo com a sociedade, entidades, organizações e movimentos sociais para orientar o destino das políticas públicas.

“Eu parto do princípio de que tudo pode melhorar, mas temos resultados muito importantes. Um número enorme de pessoas participou diretamente de conferências municipais, estaduais e nacionais, organizadas por todos os ministérios para definir, por exemplo, políticas de meio ambiente, reforma agrária, agricultura familiar, direito das mulheres, direito dos negros, entre muitos outros”, enfatiza o ministro Luiz Dulci.

É proibida a distribuição desta publicação no período de 1º de julho a 29 de outubro ou até a proclamação, pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) dos eleitos, em primeiro turno, para presidente e vice-presidente da República, nos termos do Art. 73, da Lei nº 9504/97.

# Presidente participa diretamente do diálogo social



Ricardo Stuckert/PR

COORDENAÇÃO DOS MOVIMENTOS Populares no Salão Oval do Palácio do Planalto



No atual governo, além dos diferentes ministérios, o Presidente da República também participa diretamente da interlocução com a sociedade, seja recebendo as lideranças populares no Palácio do Planalto, seja tomando a iniciativa de comparecer aos fóruns e congressos do movimento social.

Já no primeiro mês de governo (janeiro de 2003), o Presidente recebeu em audiência 36 entidades da sociedade civil, e participou, em Porto Alegre, do IIIº Fórum Social Mundial.

A agenda do Presidente reflete essa prioridade ao diálogo social. Até maio de 2006, cerca de 400 representações da sociedade civil brasileira e de outros países já haviam sido recebidas no gabinete presidencial. Para o Presidente, não se trata de uma concessão do poder público mas de um método de governo, previsto na Constituição Federal: a democracia participativa. Com base nessa "escuta forte", nessa interlocução substantiva com os movimentos sociais, é que devem ser formuladas as

políticas públicas, devem ser decididas as ações de governo e tomadas as decisões fundamentais para o país.

Para um governo transformador, a participação ativa dos movimentos sociais, mesmo quando questionam o próprio governo, é imprescindível. A sociedade civil não pode ficar na arquibancada, apenas assistindo ao jogo. Ela tem que entrar em campo para participar diretamente da disputa, durante os 90 minutos. Tão importante quanto o apoio parlamentar, essencial na democracia representativa, é a sustentação social de um projeto de mudanças.

Os movimentos populares, além de apresentar sua pauta de reivindicação, e lutar por ela, podem contribuir – e muito – para a elaboração e a execução de políticas públicas transformadoras, capazes de abolir práticas de opressão e exclusão social recorrentes no país.

Muitas vezes é o próprio Presidente que solicita os encontros com os movimentos populares, outras são demandas vindas dos mais variados segmentos sociais, como os trabalhadores urbanos e rurais, os agricultores familiares, os representantes das diversas igrejas, dos povos indígenas, dos negros, das mulheres, dos ambientalistas, dos estudantes, dos artistas, dos intelectuais etc.

Nas viagens que o Presidente já fez a todas as regiões do país, centenas de reuniões de trabalho e eventos

contaram com a participação ativa dos movimentos sociais. Nessas ocasiões, o Presidente colhe importantes subsídios para implementar e aperfeiçoar seus programas, ouvindo e incorporando propostas da sociedade. Desde que assumiu, o Presidente da República realizou mais de 400 viagens às capitais de estados e ao interior do país. Em 2003, foi constituída no âmbito da Secretaria-Geral da Presidência

da República uma equipe que articula, nas viagens do Presidente, o diálogo com a sociedade civil da região visitada. Ao longo desses 41 meses, o Presidente reuniu-se com várias entidades que ainda não haviam sido recebidas no Palácio do Planalto, como é o caso da Associação Brasileira de ONGs (ABONG), ou com importantes organizações civis que não tinham acesso direto ao Presidente, como a União Nacional dos Estudantes (UNE). Para não falar de entidades que haviam sido proscritas e injustamente estigmatizadas por defenderem a Reforma Agrária e a democratização da vida rural.

Nas missões internacionais, o Presidente da República também inovou ao inserir em sua agenda encontros com representantes dos movimentos sociais de várias partes do mundo e também da comunidade brasileira que vive no exterior.

Grande parte das conquistas sociais que as classes populares obtiveram no atual governo deve-se à energia e à capacidade de mobilização dos movimentos sociais.

**Até maio de 2006 cerca de 400 representações da sociedade civil brasileira e de outros países já haviam sido recebidas pelo Presidente da República**

# Conferências fortalecem a coi

## Brasil discute alternativas para o desenvolvimento urbano

Leopoldo Silva



NA 2ª CONFERÊNCIA NACIONAL das Cidades foi aprovado o Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano

Depois de várias conferências estaduais e municipais, que mobilizaram 500 mil pessoas, foram realizadas, em âmbito nacional, duas grandes Conferências das Cidades, em 2003 e 2005. Os encontros nacionais contaram com a participação de cinco mil delegados, observadores, convidados internacionais e representantes dos 27 estados brasileiros.

As Conferências tiveram como foco a discussão de alternativas para o crescimento desordenado das cidades brasileiras e os programas e ações para a solução dos graves problemas urbanos de habitação, saneamento ambiental, organização territorial, transporte e mobilidade urbana e trânsito.

Na 1ª Conferência foi criado o Conselho Nacional das Cida-

des (ConCidades) – constituído por 71 integrantes de movimentos sociais e sindicais; acadêmicos e pesquisadores, e membros dos governos federal, estaduais e municipais. Deliberações da 1ª Conferência e a atuação do ConCidades resultaram em programas e ações que foram implementados pelo Ministério das Cidades. Na área de habitação, por exemplo, foram reformulados os programas para atender prioritariamente famílias com renda mensal de até cinco salários mínimos, parcela da população onde estão concentrados 92% do déficit habitacional. Também foram definidas as diretrizes para a Política Nacional de Habitação e sancionada a Lei que cria o Fundo Nacional de Habitação e Interesse Social (FNHIS).

Depois de 13 anos em tramitação no Congresso Nacional, o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social foi sancionado em junho de 2005. O Fundo teve como base o primeiro projeto de iniciativa

popular apresentado ao Congresso e tem a finalidade de atender famílias de baixa renda. O orçamento do Fundo passou de R\$ 110 milhões para R\$ 1 bilhão neste ano.

Também a partir da 1ª Conferência começou a ser desencadeado em todo o país o processo de implantação do Plano Diretor Participativo, que tem o objetivo de orientar o desenvolvimento e o ordenamento da expansão das cidades. Até outubro deste ano, 1,7 mil municípios brasileiros precisam fazer o Plano Diretor. Devem fazer o Plano os municípios com mais de 20 mil habitantes, os que estão em regiões metropolitanas ou em áreas de interesse turístico e/ou em área de influência de empreendimentos de impacto ambiental.

Na 2ª Conferência, o número de representantes do ConCidades aumentou para 86 membros, todos eleitos durante o encontro. Também foi aprovado o Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano.

## Esporte contribui para a inclusão social no país

Dois grandes conferências nacionais foram realizadas para discutir exclusivamente políticas de esporte e lazer para o país. Nas fases preparatórias, cerca de 125 mil pessoas participaram dos debates. A 2ª Conferência Nacional do Esporte, ocorrida de 4 a 7 de maio, em Brasília (DF), foi antecedida de 180 conferências municipais, 140 regionais, 26 estaduais e uma distrital, envolvendo 42 mil pessoas de cerca de 2,2 mil municípios de todo o país.

Na 2ª Conferência foram lançadas as bases para a construção do Sistema Na-

cional de Esporte e Lazer. Também ficou decidida a realização de uma campanha nacional para a rápida aprovação do Projeto de Lei de Incentivo ao Esporte pelo Congresso Nacional. O Projeto já foi assinado pelo Presidente da República e encaminhado ao Congresso.

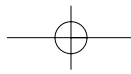
A 1ª Conferência, realizada em 2004, contou com a participação de 83 mil pessoas nos encontros preparatórios. No evento foi lançada a Política Nacional do Esporte, instrumento que mostrou que o esporte passou a ser tratado como mais uma política de inclusão social e como uma questão de Estado.



Aldo Dias

1ª CONFERÊNCIA NACIONAL aprovou a Política Nacional do Esporte

**O Projeto de Lei de Incentivo ao Esporte cria a possibilidade de as empresas que apoiarem o esporte por meio de doações e patrocínios abaterem até 4% do Imposto de Renda. Para as pessoas físicas a dedução pode chegar a 6%**



# Instrução de políticas públicas

## Mobilização fortalece a igualdade racial

Para discutir o tema "Estado e Sociedade Promovendo a Igualdade Racial" o Governo Federal, por meio da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), convocou a sociedade civil para debater polí-

ticas que visam minimizar as desigualdades relacionadas às questões que envolvem grupos étnico-raciais historicamente discriminados.

O processo preparatório da 1ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial envolveu mais de 95 mil

pessoas entre lideranças negras, quilombolas, indígenas, ciganas, palestinas e judias, que se mobilizaram marcando a integração entre Estado e sociedade no Ano Nacional de Promoção da Igualdade Racial. A 1ª Conferência, realizada de 30 de junho a 02 de

julho de 2005, reuniu 1.019 delegados.

O Governo Federal incorporou a questão racial em sua agenda desde a criação da Seppir, em março de 2003. Essa inovação atende reivindicações históricas dos grupos étnico-raciais.

Roosevelt Pinheiro/ABR



MAIS DE 95 mil pessoas participaram das fases preparatórias da 1ª Conferência de Igualdade Racial

*O plenário aprovou propostas para o Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial. O Plano se constitui em um instrumento de monitoramento das políticas públicas nesta e nas futuras gestões, contribuindo para uma política de Estado de enfrentamento do racismo e superação das desigualdades raciais*

## Sociedade e governo se unem para valorizar o setor pesqueiro

Seap/Divulgação



2ª CONFERÊNCIA NACIONAL de Aqüicultura e Pesca discute ações para fortalecer o setor

Os pescadores do Brasil já podem contar com um Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável da Aqüicultura e

Pesca. Resultado dos esforços da sociedade civil e do governo, o documento foi aprovado em 2003, na 1ª Conferência Nacional de

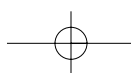
Aqüicultura e Pesca. No encontro, 953 delegados nacionais e 300 convidados de todo o país aprovaram também os subsídios para a construção de uma política de desenvolvimento sustentável para o setor e a criação do Conselho Nacional de Aqüicultura e Pesca. Dezesesseis mil pessoas participaram das etapas que precederam a 1ª Conferência.

O diálogo com as lideranças sociais do setor foi aprofundado e cerca de 27 mil pessoas foram mobilizadas antes da realização da 2ª Conferência Nacional, em março deste ano. Foram aprovadas várias proposições, entre elas, a ampliação do acesso a direitos sociais, o aumento de recursos

para a pesca artesanal, maior agilidade no licenciamento ambiental e a ampliação do programa de subvenção ao óleo diesel.

### Conquistas

- ◆ Cessão de 1% das águas da União
- ◆ Modernização da Frota Pesqueira Nacional
- ◆ Redução do tempo de comprovação da atividade pesqueira de 3 para 1 ano
- ◆ Ampliação do acesso ao Seguro Desemprego durante a proibição da pesca



# Encontros nacionais asseguram avanços na política ambiental

Jefferson Rudi/MMA



A 2ª CONFERÊNCIA NACIONAL INFANTO-JUVENIL PELO MEIO AMBIENTE reúne mais de 500 delegados de todo o país



Avanços na implementação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) foram conquistados durante a 2ª Conferência Nacional do Meio Ambiente, realizada no final de 2005. Cerca de 1,3 mil delegados de todo o Brasil, entre ativistas, ambientalistas e gestores públicos, discutiram a consolidação do SNUC, com ênfase na regularização fundiária das unidades existentes e no fortalecimento de ações de revitalização da bacia do rio São Francisco. Oitenta e oito mil pessoas estiveram envolvidas nas fases preparatórias da 2ª Conferência. Durante os quatro dias de evento, foram aprovadas cerca de 800 deliberações. O desenvolvimento sustentável da BR-163 (Cuiabá/ Santarém) e da BR-319, que liga Porto Velho a Manaus, e a implementação, em caráter de urgência, de Planos de Ação para a Prevenção e o Controle do Desmatamento, também foram aprovados na Conferência.

Os debates entre representantes do governo e de entidades da sociedade civil sobre a questão ambiental tiveram início em 2003, quando foi realizada a 1ª Conferência Nacional do Meio

Ambiente, com a proposta de colocar governo e sociedade civil na mesma mesa para debater a política ambiental brasileira. Nas etapas preparatórias, mais de 86 mil pessoas foram mobilizadas para traçar as diretrizes e ações da Política Nacional do Meio Ambiente, com foco no tema "Vamos cuidar do Brasil: fortalecendo o Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama)".

## Controle do desmatamento

Em 2003, cerca de 912 delegados participaram da etapa nacional da 1ª Conferência, na qual foram discutidas mais de quatro mil propostas vindas de todo o país. No intervalo de dois anos, mais de 70% das deliberações foram implementadas, como as ações que compõem o Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia; a criação de unidades de conservação de proteção integral e ampliação das já existentes; e a criação das Comissões Tripartites e do Programa Nacional de Capacitação de Gestores Ambientais e Conselheiros do Sisnama.

## Crianças e adolescentes assumem responsabilidades com o meio ambiente

A construção de uma sociedade justa, feliz e sustentável não é preocupação somente de adultos. É o que demonstrou a 2ª Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente, realizada de 23 a 27 de abril, em Luziânia (GO), que contou com a participação de mais de 500 delegados de todos os estados, com idade entre 11 e 14 anos. Ao final da Conferência, as crianças e adolescentes entregaram ao Presidente da República a Carta das Responsabilidades "Vamos Cuidar do Brasil". O documento contempla as idéias coletivas de 12 mil escolas e comunidades de todo o país que realizaram suas conferências em 2005, com o envolvimento de cerca de quatro milhões de pessoas.

Durante a conferência, crianças e adolescentes trabalharam quatro temas: mudanças climáticas, biodiversidade, segurança alimentar e diversidade étnico-racial. Ao todo, foram assumidos nove compromissos:

- ◆ formação e ampliação dos conhecimentos por meio da educação ambiental;
- ◆ proteção e valorização da biodiversidade;
- ◆ transformação das cidades, comunidades e escolas em espaços ambientalmente saudáveis;
- ◆ diminuição da produção de lixo praticando os cinco "Rs": repensar, recusar, reduzir, reutilizar e reciclar;
- ◆ redução da emissão de gases poluentes que provocam o aquecimento global;
- ◆ prevenção do desmatamento e das queimadas;
- ◆ respeito, entendimento e reconhecimento da diversidade cultural;
- ◆ valorização da produção e do consumo de alimentos naturais e orgânicos;
- ◆ reeducação alimentar respeitando os hábitos dos povos.

O documento foi inspirado na Carta das Responsabilidades Humanas, elaborada pela rede mundial Aliança para um Mundo Responsável, Plural e Solidário, que reúne 120 países, entre eles, o Brasil.

# Lideranças discutem políticas públicas para povos indígenas



Adriano Machado

INDÍGENAS DEBATEM diretrizes e políticas em dois encontros nacionais



Os povos indígenas tiveram a oportunidade de discutir políticas específicas em dois grandes encontros nacionais, ocorridos neste ano. Na 1ª Conferência Nacional dos Povos Indígenas, realizada de 12 a 19 de abril de 2006, em Brasília (DF), 800 delegados de 225 etnias aprovaram, por unanimidade, a

criação de um novo Sistema de Educação Indígena. Os indígenas entregaram também ao presidente da Funai um relatório com as diretrizes políticas discutidas durante a Conferência, como a proteção dos territórios indígenas e demarcação de terras; projetos de desenvolvimento sustentável dos territórios indígenas;

participação política dos índios na vida nacional; situação dos índios que vivem em núcleos urbanos; além de educação, saúde e proteção das línguas e culturas indígenas, entre outros temas.

Já a 4ª Conferência Nacional de Saúde Indígena (CNSI), realizada de 28 a 31 de março de 2006, reuniu mais de 1,2 mil

participantes, dos quais 700 eram lideranças indígenas de quase todas as etnias.

Durante o evento, os delegados indígenas decidiram manter sob a responsabilidade da Funasa os serviços de saúde. Desde 1999 a Funasa é o órgão responsável pela atenção à saúde de todos os aldeados brasileiros.



## Conferência consolida Sistema Único de Assistência Social



MDS/Divulgação

SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL é aprovado durante encontro nacional



A V Conferência Nacional de Assistência Social, realizada de 5 a 8 de dezembro de 2005, em Brasília (DF), teve como principal resultado o fortalecimento e a consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Com o tema "SUAS – Plano 10: estratégias e metas para a implementação da Política Nacional de Assistência Social", o evento contou com a presença de 2 mil participantes, sendo 902 delegados e 1.098 convidados e observadores. Nas etapas preparatórias foram realizadas confe-

rências em 85% dos municípios brasileiros, em todos os estados e no Distrito Federal, com a mobilização de cerca de 400 mil pessoas.

O SUAS visa consolidar a política de assistência social em todos os municípios brasileiros. O Sistema institui a colaboração entre os governos federal, estaduais e municipais, que passam a realizar repasses de recursos de forma automática para os fundos de assistência social.

A medida garante aos municípios autonomia para organizar sua rede de proteção social.

# Plano Nacional amplia políticas públicas para as mulheres

**O Plano Nacional de Políticas para as Mulheres é integrado por várias ações, entre elas:**

- ◆ Melhoria dos serviços públicos
- ◆ Acesso ao crédito urbano e rural
- ◆ Titularidade da terra
- ◆ Ampliação do número de exames de mamografia e papanicolau
- ◆ Aumento de vagas para crianças de zero a seis anos em creches e pré-escolas da rede pública
- ◆ Redução da taxa de analfabetismo entre mulheres de mais de 45 anos
- ◆ Aumento de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (Deams)
- ◆ Implantação de Núcleos Especializados nas delegacias existentes

Cláudia Ferreira



1ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES mobiliza 120 mil pessoas em todo o país



Realizada em 2004, a 1ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres foi coordenada pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) e pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM). O evento teve como finalidade indicar diretrizes para a elaboração de um Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Mais de 120 mil mulheres em todo o país

participaram das plenárias municipais e regionais e das 27 conferências estaduais.

Foram reafirmados temas como a necessidade de revisão da legislação que trata da violência doméstica contra a mulher, a adoção de políticas universais, permanentes e afirmativas, a ampliação dos serviços de assistência e a garantia de atendimento digno de saúde e preservação da vida.

**Outra conquista, que deve beneficiar mais de 1 milhão de empregadas domésticas, foi a edição da MP nº 284. A Medida permite que o contribuinte que paga Imposto de Renda e emprega trabalhadores domésticos deduz na Declaração os 12% recolhidos mensalmente à Previdência Social**



## Nova política cultural é debatida em todo o país

Ministério da Cultura/Divulgação



APRESENTAÇÃO DA BANDA do Congo na Conferência Estadual do Espírito Santo



A Conferência Nacional de Cultura foi marcada pelo ineditismo de reunir a sociedade civil e o Estado brasileiro para traçar uma política pública para a área cultural no país. O evento foi antecedido de encontros estaduais, municipais e intermunicipais, que reuniram cerca de 80 mil pessoas.

A 1ª Conferência contou com a participação de cerca

de mil delegados de diversas áreas culturais do Brasil, além de representantes de instituições culturais, do poder público e dos colegiados setoriais do Conselho Nacional de Política Cultural. Juntos, eles trabalharam na elaboração das diretrizes do Plano Nacional de Cultura e definiram trinta propostas prioritárias de políticas culturais.

Na Conferência ficou clara a importância de se incluir a diversidade cultural como prioridade nas políticas públicas e de se afirmar uma nova concepção que entenda a cultura como forma de expressão e forma de viver das mais variadas comunidades, sejam elas de grandes centros ou de municípios do interior mais recôndito do país.

**Propostas aprovadas na Conferência**

- ◆ Implantação do Sistema Nacional de Cultura
- ◆ Descentralização e distribuição equitativa dos recursos públicos e privados para a cultura em todas as regiões do Brasil
- ◆ Criação e manutenção de espaços públicos que sejam centros de produção, difusão, formação e capacitação, como os Pontos de Cultura
- ◆ Implantação de um sistema de financiamento diversificado que contemple a pluralidade das manifestações culturais

# Conferência assegura direitos de pessoas com deficiência

**P**ara debater ações de inclusão e de acessibilidade das pessoas com deficiência, durante quatro dias, cerca de 1.500 representantes da sociedade civil e do governo participaram da 1ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, realizada de 12 a 15 de maio deste ano, em Brasília (DF).

Entre as deliberações do encontro está a criação de uma instância fiscalizadora de Controle Social para o cumprimento do Decreto nº 5.296/04. O Decreto prevê a

**Uma das resoluções da Conferência é a criação de um órgão de controle social para o cumprimento do Decreto nº 5.296/04, que prevê a prioridade de atendimento e acessibilidade às pessoas com deficiência**



CONFERÊNCIA TEM como tema acessibilidade e direitos da pessoa com deficiência

prioridade de atendimento às pessoas com deficiência e estabelece normas gerais para a promoção da acessibilidade a essas pessoas.

No evento, foi lançada a campanha "Acessibilidade: siga

essa idéia", com duração de 12 meses, que pretende estimular uma ação para a construção de uma sociedade inclusiva, solidária e que possibilite a igualdade de oportunidades às pessoas com deficiência.

A 1ª Conferência foi promovida pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos, por meio do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (Conade).

# Encontro aprova ações em defesa dos idosos

**D**elegados de todos os estados brasileiros, especialistas e convidados discutiram os principais desafios para a garantia dos direitos da pessoa idosa e a construção de políticas públicas. Os participantes da 1ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, realizada em maio deste ano, aprovaram 400 propostas, nas mais diversas áreas relacionadas ao tema.

A realização do encontro mobilizou ativistas e especialistas de todos os estados, que se reuniram em conferências estaduais. Cada estado apresentou à Conferência Nacional 27 propostas, que foram consolidadas e discutidas pelos representantes de todas as unidades federativas.

Entre as medidas aprovadas está a inclusão de disciplinas sobre direitos dos idosos nas escolas de Ensino Funda-

mental e Médio. Os participantes da Conferência também defenderam a adequação dos transportes e equipamentos públicos às condições de acessibilidade da pessoa idosa. Durante o encontro, ficou decidido também que a Conferência Nacional será realizada a cada dois anos.

A mudança na distribuição etária de um país altera o perfil das políticas sociais, exigindo estratégias e implementação

de benefícios, serviços e programas relacionados à promoção dos direitos humanos do idoso. A Conferência foi um espaço motivador para a discussão dessas questões.

O Brasil, como os demais países do mundo, vem enfrentando os desafios demográficos e o aumento da expectativa de vida da população. Segundo dados do IBGE, o Brasil tem hoje 17,6 milhões de pessoas com mais de 60 anos. Ou seja, o país tem uma população de idosos maior que a população total do Chile, Uruguai, Paraguai ou Costa Rica, entre outros.

A 1ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa foi promovida pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos e pelo Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa.

ENCONTRO DISCUTE desafios para a garantia dos direitos da pessoa idosa



SEDDH/Divulgação

# Compromisso com a democracia no campo e com o combate à fome

Valter Campanato/ABr



A 2ª CIRADR CONTOU com a participação de 96 delegações internacionais

A 2ª Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural (CIRADR), realizada em março de 2006, teve a participação de 96 delegações de diversos países,

que aprovaram a Declaração Final do evento.

O documento final frisa que a CIRADR recupera a agenda em escala mundial e atualiza o compromisso com o desenvolvimento rural e o combate à

fome, reconhece a atualidade do documento produzido em 1979 – após a primeira edição da conferência, em Roma – e incorpora a referência da democracia participativa. O texto final também garante a igualdade das mulheres e dos jovens nas políticas agrárias e agrícolas e exalta o desenvolvimento sustentável, o meio ambiente, a soberania alimentar e o combate à fome.

Durante a conferência, foram efetivados mais de 15 acordos de cooperação entre os países participantes. Com a FAO, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) fechou acordo para realização de cursos de capacitação destinados a técnicos agrícolas, com aporte de US\$ 230 mil. A FAO e a Comu-

nidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) acertaram parceria para programa de capacitação em gestão da terra, com investimento de US\$ 270 mil. O Brasil também assinou acordos com os governos do Paraguai e de Benin e com a FAO para estimular o desenvolvimento rural, principalmente por meio de atividades de pesquisa e capacitação.

Também foram feitas parcerias entre o Governo Federal e entidades brasileiras, como o protocolo de intenções firmado entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e o Centro de Educação Popular e Pesquisa em Agroecologia (Ceppa) para beneficiar agricultores familiares e assentados.

# Brasil sedia conferências internacionais sobre biossegurança e biodiversidade

Denis Ferreira Netto



COP-8 E MOP-3 reúnem, em Curitiba, delegações estrangeiras

A 3ª Reunião das Partes do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança e Biodiversidade (MOP-3) ocorreu em março deste ano, em Curitiba. O texto final reflete um progresso significativo ao estabelecer que a expressão “contém OVMs” (organismos vivos modifica-

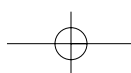
dos) deve constar nas cargas de transgênicos destinadas à movimentação transfronteiriça, no prazo de até seis anos. Essa posição foi apresentada e defendida pelo governo brasileiro. Os países que já realizam a segregação das sementes poderão adotar o “contém” imediatamente.

A resolução final diz também que aqueles que ainda não fazem a segregação terão o prazo de seis anos para adaptar-se às novas regras, período em que deverão usar a expressão “pode conter OVMs” nas cargas. Em 2010 será feita uma avaliação dessa experiência. A medida vai facilitar a rotulagem

dos transgênicos, já que países importadores terão mais facilidade de identificá-los para os consumidores dos produtos.

A MOP-3 teve a presença de três mil participantes de 97 países signatários do Protocolo, 14 países observadores, e organizações governamentais e não-governamentais.

A 8ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (COP-8), realizada na última quinzena de março de 2006, em Curitiba, terminou com uma série de avanços em temas considerados relevantes para o país. Entre os compromissos firmados destacam-se o lançamento do Plano de Combate ao Desmatamento da Mata Atlântica e a assinatura da portaria que cria o Grupo de Trabalho do Pampa



## Conferências nacionais são instrumentos de democracia participativa

### 2006

	Conferências	Período
Realizadas e programadas	2ª Conferência Internacional da Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural (CIRADR)	7 a 10 de março/Porto Alegre
	3ª Reunião das Partes do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança e Biodiversidade (MOP-3)	13 a 17 de março/Curitiba
	2ª Conferência Nacional de Aqüicultura e Pesca	14 a 16 de março/Brasília/Luziânia
	8ª Conferência das Partes da Convenção sobre Biodiversidade Biológica (COP-8)	20 a 31 de março/Curitiba
	3ª Conferência Nacional de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde	27 a 30 de março/Brasília
	4ª Conferência Nacional de Saúde Indígena	28 a 31 de março/Rio Quente (GO)
	1ª Conferência Nacional dos Povos Indígenas	12 a 19 de abril/Brasília
	2ª Conferência Nacional Infante-Juvenil do Meio Ambiente	23 a 28 de abril/Luziânia (GO)
	2ª Conferência Nacional do Esporte	04 a 07 de maio/Brasília
	1ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência	12 a 15 de maio/Brasília
	1ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa	23 a 26 de maio
	10ª Conferência Nacional de Direitos Humanos	31 de maio a 02 de junho
	1ª Conferência Nacional de Economia Solidária*	26 a 29 de junho
	1ª Conferência Nacional de Educação Profissional e Tecnológica*	15 a 18 de agosto

\* Conferências programadas

### 2005

Evento	Participantes
1ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial	95 mil participantes*
2ª Conferência Nacional sobre Arranjos Produtivos Locais	Não informado
3ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação	2 mil delegados
3ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador	100 mil participantes*
2ª Conferência Nacional das Cidades	200 mil participantes*
5ª Conferência Nacional de Assistência Social	400 mil participantes*
2ª Conferência Nacional do Meio Ambiente	88 mil participantes*
6ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente	10.300 participantes*
1ª Conferência Nacional de Cultura	80 mil participantes*

\* Número de participantes nas etapas preparatórias

### 2004

Evento	Participantes
2ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar	11 mil participantes*
1ª Conferência Nacional do Esporte	83 mil participantes*
9ª Conferência Nacional dos Direitos Humanos	6.580 delegados
1ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres	121 mil participantes*
2ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde (CNCTIS).	15 mil participantes*
3ª Conferência Nacional de Saúde Bucal	91 mil participantes*
1ª Conferência Brasileira sobre Arranjos Produtivos Locais	Não informado
1ª Conferência da Terra e da Água: Reforma Agrária, Democracia e Desenvolvimento Sustentável	8 mil participantes*

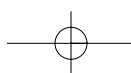
\* Número de participantes nas etapas preparatórias

### 2003

Evento	Participantes
1ª Conferência Nacional de Medicamentos e Assistência Farmacêutica	1.180 delegados
1ª Conferência Nacional das Cidades	300 mil participantes*
5ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente	7 mil participantes
1ª Conferência Nacional de Aqüicultura e Pesca	16 mil participantes*
1ª Conferência Nacional do Meio Ambiente - versão adulta	65 mil participantes*
1ª Conferência Nacional Infante-Juvenil do Meio Ambiente	378 delegados**
12ª Conferência Nacional de Saúde	104 mil participantes*
4ª Conferência Nacional de Assistência Social	12 mil participantes*
Conferência Nacional de Dirigentes de Infra-Estrutura Hídrica dos Estados	Não informado

\* Número de participantes nas etapas preparatórias

\*\* Conferência precedida de encontros em 15.148 escolas, envolvendo 6 milhões de alunos



# Importantes conquistas são ol

## Salário Mínimo: negociação garante aumento de 13%

O governo antecipou em um mês o reajuste do salário mínimo. No último mês de abril, os trabalhadores que ganham o mínimo passaram a receber R\$ 350,00. O aumento foi possível depois de negociações entre o Governo Federal e as Centrais Sindicais. Desde 1964, as centrais não sentavam à mesa com o governo brasileiro para discutir o valor do salário mínimo. Ainda é resultado do acordo a correção da tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física em 8%, a partir de fevereiro.

Para consolidar essas conquistas, em fevereiro deste ano recomeçaram as reuniões da Comissão Especial para propor uma política permanente de valorização do salário mínimo, com a participação do Governo Federal, trabalhadores, aposentados e empresários, além de representantes dos governos estaduais e municipais, que compareceram como convidados.

O envolvimento direto das Centrais Sindicais nas negociações – Central Única dos Trabalhadores (CUT), Força Sindical, Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), Social Democracia Sindical (SDS) e Central Autônoma de Trabalhadores (CAT) – possibilitou que o governo apresentasse ao Congresso Nacional uma proposta mais condizente com as expectativas dos trabalhadores e adequada ao orçamento federal. O debate representou, ainda, o fortalecimento das

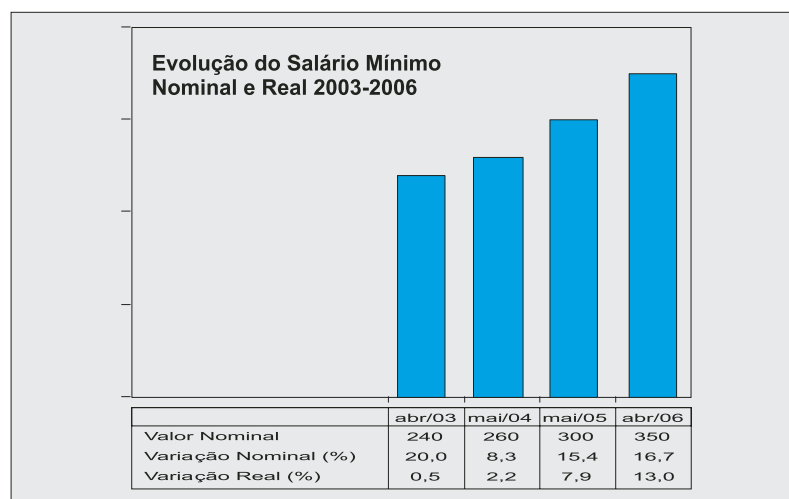
centrais e o reconhecimento do seu papel de interlocução e de defesa dos interesses da classe trabalhadora, no âmbito do Governo Federal.

Em três anos, o valor do salário mínimo aumentou 75%, passando de R\$ 200,00, em janeiro de 2003, para R\$ 350,00, a

partir de abril de 2006. O novo valor do salário mínimo representa um crescimento real da ordem de 13% em relação ao ano passado. A medida vai causar um impacto direto em cerca de 40 milhões de pessoas, entre trabalhadores e beneficiários da Previdência Social, que recebem um salário mínimo por mês. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), divulgada pelo IBGE em 2004, aproximadamente 24 milhões de trabalhadores recebem a quantia exata de um salário mínimo e outros 15,3 milhões são aposen-

tados e pensionistas, que também recebem o mínimo.

O aumento do poder de compra é outra conquista da classe trabalhadora. Em janeiro de 2003, por exemplo, o mínimo comprava 63 quilos de feijão. Em abril deste ano, o salário era suficiente para comprar 133 quilos de feijão – um aumento de mais de 100%. A elevação do poder de compra do novo salário também é comprovada em outros itens da cesta básica. Em 2003, era possível comprar 131 quilos de arroz e 26 quilos de carne. Agora, com o salário mínimo, é possível comprar 257 quilos de arroz e 38 quilos de carne.

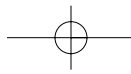


Fonte: MTE

Victor Soares/MTE



TRABALHADORES E GOVERNO negociam novo valor do salário mínimo



# otidas com participação social

## Mais de 200 entidades participam da construção da Reforma Universitária

Ricardo Stuckert/PR



REITORES E DIRETORES de 55 Universidades Federais discutem, no Palácio do Planalto, projeto da Reforma Universitária



**A reforma universitária resgata o ensino público superior de qualidade no país e amplia o acesso às universidades**

**A** pós 15 meses de intenso debate com a sociedade – desde entidades de classe até movimentos sociais – o governo apresentou a proposta de reforma universitária. A iniciativa é fruto de um significativo mosaico democrático que contou

com a participação de mais de 200 entidades na consolidação de um projeto que não atende a grupos específicos, mas sim a um interesse maior da nação: uma educação superior de qualidade.

Os debates foram coordenados pelo Ministério da Educação (MEC), entre março e outubro de 2004, e contaram com a participação da CNTE, UNE, UBES, Undime e do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB). As discussões foram marcadas pela realização de inúmeros seminários, colóquios e debates promovidos com ou sem a participação do MEC. O processo de participação social e acadêmica na elaboração do Projeto de Lei de Reforma da Educação Superior teve a contribuição de diversas entidades e instituições, em mais de 400 eventos com a participação direta do Ministério da Educação.

A Reforma Universitária foi pensada com base no Plano Nacional de Educação, elabo-

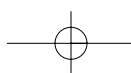
rado para o decênio 2001-2010. O Plano determina que, ao final do período, sejam ofertadas matrículas em cursos superiores correspondentes a 30% da população de jovens entre 18 e 24 anos. Além de fortalecer a universidade pública, a Reforma Universitária assegura uma maior qualidade das instituições privadas superiores, cria meios de acesso e permanência para estudantes de baixa renda e minorias raciais nas universidades e garante a autonomia administrativa e financeira dessas instituições.

Outra ação da Reforma Universitária é a reserva de vagas para alunos de baixa renda na rede particular em troca de isenção fiscal, o ProUni, que em dois anos já disponibilizou 242 mil bolsas para possibilitar o acesso desses jovens à educação superior.

Ministério da Educação/Divulgação



**O PROUNI AMPLIA o acesso de jovens de baixa renda à educação superior**



# Plano Safra 2006/2007 destina 10 bilhões para agricultura familiar

Ubirajara Mechado/MDA



A agricultura familiar é responsável por 60% dos alimentos que chegam à mesa da população brasileira



Construído coletivamente com os movimentos sociais, sindicatos e entidades do meio rural, como a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento de Pequenos Agricultores (MPA) e Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf), o Plano Safra da Agricultura Familiar é um forte conjunto de ações destinado ao setor. O Plano garante acesso ao crédito, assistência técnica e extensão rural, apoio à comercialização e garantia de renda aos agricultores e assentados da reforma agrária.

O Plano Safra 2003/2004 reservou R\$ 5,4 bilhões exclusivamente para os pequenos produtores. Já os recursos destinados ao Plano 2004/2005 foram de R\$ 7 bilhões, um aumento de 30% em relação ao ano-safra anterior. Em 2005/2006, o montante chegou a R\$ 9 bilhões. Para 2006/2007, o governo destinará R\$ 10 bilhões.

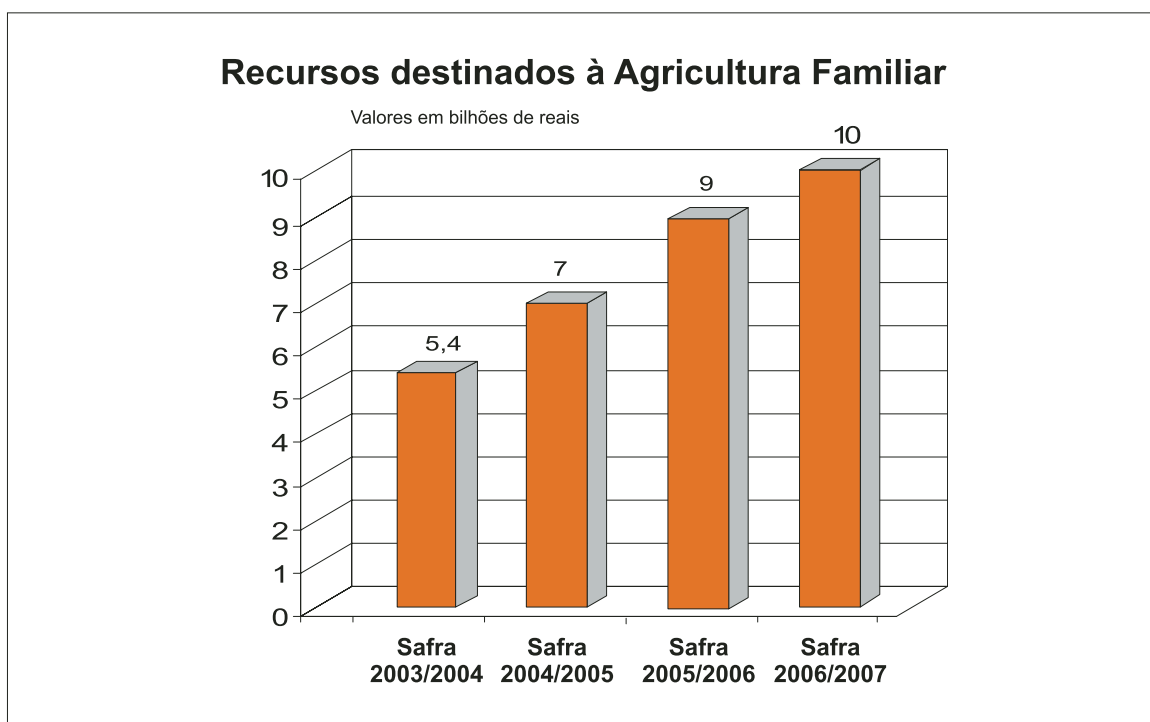
Esses investimentos não deixam dúvida de que a agricultura familiar é uma das prioridades do Governo Federal. E os números do setor comprovam a eficácia no repasse de recursos. A agricultura familiar é responsável por 60% dos alimentos que chegam à mesa da população brasileira e gera sete de cada dez ocupações no meio rural.

Uma inovação do Plano Safra, já a partir 2003/2004, foi o lançamento de planos regionais, nos quais é discutida a aplicação de recursos para as diferentes regiões do país. Na Safra 2004/2005 alguns territórios também discutiram os planos territoriais. Essa discussão foi organizada por vários Colegiados de Desenvolvimento Territorial e teve como objetivo debater estratégias de aplicação de recursos que permitissem apoiar as ações de desenvolvimento territorial em curso naqueles locais.

Merece destaque a participação das mulheres na elaboração de

políticas de crédito específicas para agricultoras. Foi criado o Grupo de Trabalho Interministerial Gênero e Crédito, que apresentou diversas propostas para ampliar a participação das mulheres nas linhas de crédito na safra de 2004/2005.

Em 2003, foram criadas nove linhas de crédito para a agricultura familiar. Cada uma busca atender uma necessidade específica que antes não dispunha de financiamento. O Pronaf foi estendido aos jovens de 16 a 25 anos, que vivem nas áreas rurais, aos pescadores e para a construção de pequenas obras hídricas no semi-árido, reflorestamento, pecuária, turismo rural, máquinas e equipamentos e agro-indústria familiar.



# Mobilização do Grito da Terra garante outras conquistas



Roosevelt Pinheiro/ABr

O 12º GRITO DA TERRA BRASIL 2006 reuniu em Brasília cerca de quatro mil trabalhadores rurais de 20 estados



A mobilização do 12º Grito da Terra Brasil 2006, evento promovido pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), teve seu ponto alto em 18 de maio quando reuniu em Brasília cerca de quatro mil trabalhadores rurais. Por meio de um processo amplo de negociações, coordenado pela Secretaria-Geral da Presidência da República, com a participação de 17 ministérios, os trabalhadores obtiveram importantes conquistas, além do anúncio da destinação de

R\$ 10 bilhões para o Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf) 2006/2007.

Também houve aumento no repasse de recursos para outras modalidades do Pronaf. O Pronaf B, destinado ao combate à pobreza no campo, teve seu teto ampliado de R\$ 3 mil para R\$ 4 mil. As modalidades destinadas ao custeio (Pronaf C e D) tiveram o limite ampliado de R\$ 3 mil para R\$ 4 mil e de R\$ 6 mil para R\$ 8 mil, respectivamente.

Os limites de enquadramento também foram reajustados. A renda bruta máxima

dos candidatos ao crédito subiu de R\$ 2 mil para R\$ 3 mil, no Pronaf B; de R\$ 14 mil para R\$ 16 mil, no Pronaf C; de R\$ 40 mil para R\$ 45 mil, no grupo D; e de R\$ 60 mil para R\$ 80 mil, no grupo E.

O Governo Federal também instituiu uma nova linha de crédito denominada Pronaf Comercialização, com taxa de juros de 4,5%, limites individuais de até R\$ 5 mil e de R\$ 2 milhões para as cooperativas e agroindústrias. A Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) recebeu recurso adicional de R\$ 50 milhões, que somados

aos R\$ 62 milhões já assegurados no orçamento, totalizam R\$ 112 milhões.

Ainda será constituído um Grupo de Trabalho, com a participação de representantes dos movimentos sociais do campo, para elaborar proposta de uma nova política de comercialização agrícola para a agricultura familiar.

A pauta de reivindicações do 12º Grito da Terra Brasil 2006, elaborada pela Contag, foi entregue ao Presidente da República em 11 de abril, em solenidade no Palácio do Planalto.



## Atingidos por barragens têm canal direto de negociação com o governo

A criação de mesas de negociações permanentes permitiu a consolidação de mais um canal de participação social no âmbito do Governo Federal. Este canal possibilitou que o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) fosse recebido, pela primeira vez desde sua criação, por representantes do Governo Federal, no Palácio do Planalto.

Desse diálogo foi criado um Grupo de Trabalho Interministerial, que decidiu instituir uma

Mesa de Negociação Permanente com o Movimento, coordenada pelo Ministério de Minas e Energia e pela Secretaria-Geral da Presidência da República. As negociações permitiram importantes avanços reconhecidos pelo próprio movimento.

Entre eles está a ampliação do número de contemplados pelo Programa Luz para Todos, que já beneficiou cerca de 34 mil famílias de assentados. A distribuição pelo Governo Federal de 80.831

cestas básicas, atendendo a mais de 16 mil famílias, é outra conquista do Movimento.

Também foram assinados acordos com a Eletronorte para Tucuruí (PA), onde foi elaborado um cadastro de 910 famílias e realizado um diagnóstico com acompanhamento do MAB. Foram criados, ainda, instrumentos e acordos entre empresas e o BID para a implementação de um Fundo para Desenvolvimento Social na região de

Cana Brava e Serra da Mesa.

O MAB foi constituído no início da década de 80, a partir das experiências de organização e mobilização das comunidades que viviam no entorno do Rio Uruguai (divisa entre Rio Grande do Sul e Santa Catarina) e que receberam o impacto da construção de usinas hidrelétricas. Hoje, o movimento social possui um caráter nacional e é organizado em 17 estados.

# Lei de Gestão de Florestas reduz desmatamento e tráfico de madeiras

A Lei de Gestão de Florestas Públicas, sancionada em março deste ano, é fruto de negociação com os movimentos sociais, ambientalistas, acadêmicos e setor empresarial, que envolveu mais de 1.200 instituições e inúmeras consultas públicas. A Lei permite a exploração sustentável de florestas públicas por comunidades e empresas privadas, sem que o Estado perca a posse sobre a área.

A sanção da Lei foi comemorada pelos movimentos socioambientalistas como um marco das políticas ambientais, especialmente para o combate à grilagem de terras e à extração e o comércio ilegal de madeiras.

As estimativas apontam que mais de 70% da madeira comercializada em território nacional é de origem ilegal.

A intenção do Governo Federal é proteger e estimular as empresas que operam na legalidade e, assim, reduzir o espaço do mercado paralelo. Além disso, a Lei obriga a identificação e o cadastramento das terras públicas onde estão localizadas as florestas, medida que vai inibir a grilagem, uma das principais causas dos conflitos hoje existentes na Amazônia.

Essa medida também vem reforçar a redução do desmatamento e a coroação de uma série de ações integradas que apontam para um novo tipo de desenvolvimento da Amazônia. Em 2005 o desmatamento na região foi reduzido em 31% em relação a 2004, resultado de um amplo programa de controle que conta com a participação de 14 ministérios, governos estaduais e sociedade civil organizada.

**Em 2005 o desmatamento na Amazônia foi reduzido em 31% em relação a 2004**

Witold Schaffner/MMA e Costa Marques/RO



A LEI DE GESTÃO DE FLORESTAS é um marco das políticas ambientais



## Brasil conclui Plano de Recursos Hídricos

Em 2003, o governo brasileiro determinou a elaboração do Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), adotando a metodologia da participação social. Durante dois anos e meio, quase sete mil pessoas, entre representantes de secretarias estaduais de Meio Ambiente, organizações não-governamentais, Governo Federal e populações tradicionais, como as indígenas, participaram do debate que culminou com o lançamento do Plano, em março deste ano.

O Brasil foi um dos primeiros países a concluir seu plano de gestão de águas, uma recomendação da ONU na agenda da Cúpula de Joanesburgo para o Desenvolvimento Sustentável (Rio + 10) e das Metas do Milênio.

O Plano determina o uso sustentável de água em diversos setores, como indústria, agricultura, setor elétrico, saneamento e consumo doméstico e é o principal orientador das políticas públicas de recursos hídricos no âmbito nacional. O PNRH caracteri-

za-se como um processo permanente de construção e será revisado a cada quatro anos, de acordo com a elaboração dos novos planos plurianuais. Segue ainda as orientações das duas conferências nacionais do Meio Ambiente, realizadas em 2003 e 2005.

A elaboração do PNRH foi coordenada pela Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente, com o acompanhamento do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) e o

apoio da Agência Nacional de Águas (ANA).

**O Plano Nacional de Recursos Hídricos determina o uso sustentável da água na indústria, agricultura, setor elétrico, saneamento e consumo doméstico**

# Centrais sindicais e governo se unem para ampliar acesso a crédito

**A**pós um intenso processo de negociação entre as centrais sindicais, instituições financeiras e o Governo Federal, foi lançado, em maio de 2004, o crédito consignado. A medida, que permite o desconto em folha, ampliou a oferta de crédito aos trabalhadores e aos aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e já movimentou R\$ 13,7 bilhões até abril deste ano.

Até o último mês de abril, o número de operações ultrapassava 8,5 milhões nas 37 instituições conveniadas. Essa nova modalidade de empréstimo tem ajudado principalmente os aposentados e pensionistas que ganham até um salário mínimo, já que a taxa de juros é menor do que as fixadas no mercado.

## Aposentados do INSS tiveram reajuste de 5%

Cerca de 8,3 milhões de aposentados, pensionistas e segurados que ganham mais do que um salário mínimo por mês receberam um reajuste de 5% nos seus benefícios. O aumento de 1,5% acima da inflação é fruto do diálogo entre centrais sindicais e representantes dos aposentados e do governo.

O governo também anunciou a antecipação da metade do 13º salário para a folha de agosto, que será paga no início do mês de setembro. A negociação também inclui o subsídio de até 90% em remédios para hipertensão e diabetes, por meio do Programa Farmácia Popular; a regulamentação total do Estatuto do Idoso e a formação de



Eliza Flúza/ABr

**APOSENTADOS GANHAM** reajuste de 5% em seus benefícios



uma comissão para discutir políticas relacionadas aos aposentados, composta por vários

ministérios (Previdência, Trabalho, Saúde, Transportes e Cidades).



# País se destaca no combate ao trabalho escravo

**A**participação de diferentes atores sociais e políticos tem sido fundamental para conquistar avanços importantes no combate ao trabalho escravo no Brasil. Desde 2003, mais de 18 mil pessoas foram resgatadas da condição análoga à escravidão.

Um marco importante da mobilização nacional para livrar o Brasil desta grave violação de direitos humanos foi o lançamento do Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo, em março de 2003. Coordenado pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos, o Plano contém 76 ações, cuja responsabilidade de execução é compartilhada por órgãos do Executivo, Legislativo, Judiciário, Ministério Público, entidades da sociedade civil e organismos internacionais.

A implementação das ações do Plano é monitorada pela Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae), formada por representantes da sociedade, de organismos internacionais e do governo. A Conatrae discute os desafios

e colabora para a formulação das estratégias de enfrentamento do trabalho escravo.

Com o objetivo de informar aos órgãos do Governo Federal os nomes daqueles que mantiveram trabalhadores em condições análogas à escravidão foi criado o Cadastro

de Empregadores. A última atualização da chamada "lista suja" tem 159 nomes de empresas e empregadores rurais que mantinham trabalhadores em condições análogas à escravidão.

Em dezembro de 2005, foi assinado um termo de cooperação entre os ministérios do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome para a inclusão dos trabalhadores resgatados do trabalho escravo no Programa Bolsa Família. O objetivo é promover a reinserção social dos resgatados.



ABr

**BARRACO ONDE** dormia parte dos trabalhadores da fazenda Nossa Senhora Aparecida



*Desde 2003 mais de 18 mil pessoas foram resgatadas, no Brasil, da condição análoga à escravidão*

## Governo investe na qualidade do serviço público

O governo está investindo na democratização das relações de trabalho e na qualidade do serviço público federal. A finalidade é melhorar gradativamente as condições salariais e profissionais dos servidores da União e tornar mais ágeis e eficientes os serviços prestados à população. O resgate do papel republicano do Estado passa por uma nova relação do governo com o funcionalismo e dos servidores com a população.

Em 2003, foi criada a Mesa Nacional Permanente de Negociação, que já viabilizou importantes conquistas para os vários setores do funcionalismo e para as camadas sociais que dependem dos serviços públicos.

Foram definidos reajustes salariais para 27 categorias, corrigindo grande dispari-

dades de salários e eliminando injustiças; foram revistos e atualizados os planos de carreira existente e elaborados outros para categorias que não tinham carreiras; e foi realizado um vasto esforço, em todo o país, para melhorar as condições físicas e tecnológicas dos ambientes de trabalho.

Além disso, o governo reverteu a política de terceirização realizando concursos públicos para substituir os terceirizados, de acordo, inclusive, com as recomendações do Ministério Público do Trabalho e do Tribunal de Contas da União.

Promoveu, também, concursos públicos para órgãos que estavam virtualmente impedidos de cumprir sua missão por carência de pessoal. Foi o caso do Incra, do Ibama, da Funai, da Contro-

ladoria Geral, da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal, dos Hospitais Universitários, das Universidades e Escolas Técnicas Federais, entre outros.

O último concurso do INSS para contratar médicos peritos havia sido realizado em 1978. Em 2005 e 2006, com a realização de dois concursos, o Governo Federal contratou 3 mil novos peritos em todo o país e 2.350 analistas e técnicos previdenciários.

Os concursos públicos reforçaram principalmente os órgãos que prestam serviços prioritários do governo, como Educação e Saúde, responsáveis por quase 50% das novas vagas.

No Ministério da Educação, onde de cada cinco funcionários dois eram terceirizados, foram contratados 30 mil novos profis-

sionais mediante concurso público.

Dos 82 mil novos funcionários, 79.934 foram contratados por meio de Concursos Públicos. Ao todo, foram realizados 304 concursos pelo Governo Federal com o objetivo de melhorar o serviço público e o atendimento à população. O aumento no quadro de pessoal, no entanto, não implicou em descontrole das despesas de pessoal, já que a mesma tem se mantido estável em cerca de 5% do PIB.

Essa opção de investir no servidor e na qualidade do serviço público já está dando resultados. Estudos de diferentes instituições mostram que o Governo Federal está conseguindo prestar mais e melhores serviços, especialmente às classes populares.

## Centrais Sindicais obtêm legalização

Em maio deste ano, o Governo Federal anunciou um conjunto de medidas que atende reivindicações de trabalhadores e empregadores brasileiros, como a criação do Conselho Nacional de Relações de Trabalho (CNRT), a legalização das centrais sindicais, e o estabelecimento de regras de funcionamento das cooperativas de trabalho. As medidas já foram encaminhadas pelo governo ao Congresso Nacional.

As iniciativas são resultado de mais de dois anos de negociações entre trabalhadores, empregadores e governo no Fórum Nacional do Trabalho. Além de atender a antigas reivindicações do movimento sindical e à recomendação da Organização Internacional do Trabalho (OIT), as medidas beneficiam toda a sociedade, uma vez que fortalecem o tripartismo e o diálogo social.

IPEA/Divulgação



**criação do CNRT, legalização das Centrais e novas regras para cooperativas fortalecem as relações de trabalho**

O CNRT tem como função manter o diálogo para a formulação de políticas públicas no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), mediar conflitos entre as organizações sindicais e elaborar pareceres sobre projetos de lei. O Conselho será composto por cinco represen-

tantes de cada segmento participante: trabalhadores, empregadores e governo.

Já a legalização das centrais sindicais visa criar critérios objetivos de representatividade e regulamentar a sua participação nos colegiados públicos, como o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao

Trabalhador (Codefat) e o Conselho Curador do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

Já a instituição de regras para o funcionamento das cooperativas tem como objetivo coibir o descumprimento da legislação trabalhista e valorizar as cooperativas de trabalho.

# Política Industrial amplia participação do Brasil nos mercados mundiais

O Brasil construiu uma Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE) que busca ampliar a competitividade da indústria nacional, almejando sua melhor inserção nos principais mercados do mundo e o desenvolvimento sustentado do país.

As ações da PITCE buscam estimular o investimento produtivo, a inovação, o desenvolvimento tecnológico, a melhor inserção externa da indústria, e valorizar setores de alto valor agregado e atividades portadoras de futuro.

A PITCE entrou na pauta dos conselhos estratégicos e administrativos das entidades ligadas à indústria e conquistou fóruns qualificados de discussão, sendo debatida ativamente entre empresários e governo.

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI), vinculado à Presidência da República e coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, é composto por 13 ministros de Estado, pelo presidente do BNDES e por 14 membros da iniciativa privada e de trabalhadores.

O Conselho tem como atribuição subsidiar a formulação de políticas públicas

voltadas ao desenvolvimento industrial, às atividades de infra-estrutura, à normalização de medidas que permitam maior competitividade das empresas e ao financiamento das atividades empreendedoras.

também, em 2004, o Programa Investa Já, um pacote de ações para a desoneração tributária, entre elas, a redução do prazo para que as empresas aproveitem o crédito PIS/Cofins decorrentes da compra de máquinas e equipamentos e a

do processo de registro e legalização de empresas (projeto enviado pelo governo ao Congresso Nacional em janeiro de 2006), a proposta de um Plano Nacional de Microeletrônica, e novas medidas tributárias de desoneração do investimento produtivo e da construção civil e de incentivo à inovação tecnológica (MP 255, a "MP do Bem", aprovada e sancionada – Lei nº 11.196/05 – e o Pacote da Construção Civil, anunciado em 07 de fevereiro de 2006).

O trabalho conjunto entre o governo e a iniciativa privada também possibilitou a agilização da Lei de Inovação – regulamentada em outubro de 2005 – que há quatro anos estava fora da pauta do Congresso Nacional. A Lei fomenta parcerias entre o meio acadêmico e o setor produtivo e cria estímulos para que pesquisadores constituam empresa para desenvolver atividades relativas à inovação.

Por meio de um novo modelo de gestão integrada dos fundos setoriais e dos programas do BNDES, a PITCE envolveu ainda uma série de medidas de incentivo ao comércio exterior e à inovação tecnológica, e de fortalecimento dos mecanismos de financiamento à indústria.



**POLÍTICA INDUSTRIAL** busca ampliar a competitividade da indústria nacional



Os debates e definições do Conselho deram origem a uma série de medidas, entre elas, o Reporto e a Agenda Portos, que preveem investimentos e recuperação na estrutura portuária. O governo anunciou

utilização de crédito na apuração da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) à razão de 25% da depreciação desses bens.

No ano de 2005, destacaram-se a proposta de simplificação



# Economia Solidária gera inclusão de trabalhadores informais

As mudanças estruturais ocorridas nas últimas décadas abriram espaço para o surgimento de outras formas de organização no mundo do trabalho. A necessidade de os trabalhadores encontrarem alternativas de geração de renda fez surgir o associativismo e o cooperativismo.

Para atender a essa demanda o Governo Federal criou a Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego, e que tem como objetivo promover a inclusão social dos trabalhadores que geram o seu próprio sustento. Fazem parte dessa rede solidária mais de 15 mil empreendimentos e 1,25 milhão de pessoas.

Alguns projetos merecem destaque, entre eles, o Rede Abelha, no Ceará; o Algodão Ecológico, nas regiões Sul, Nordeste e Sudeste; e o Material Reciclável, em Belo Horizonte.

O fortalecimento da autogestão pelos trabalhadores em empresas recuperadas ou em crise, as feiras de economia solidária e o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) são outras ações da economia solidária.



**PROJETO REDE Abelha** estrutura iniciativas solidárias de apicultura no Nordeste





# Inclusão social e

## Bolsa Família atende a 9 milhões de famílias e reduz a pobreza no Brasil

**O** Bolsa Família, uma conquista das classes populares e dos militantes sociais, beneficia hoje mais de nove milhões de famílias em todos os municípios brasileiros, o que representa cerca de 34 milhões de pessoas.

Como a principal ação do Fome Zero, o Bolsa Família garante o direito humano à alimentação com a cobertura universal das famílias pobres da sociedade brasileira e pauta-se na articulação de três dimensões para a superação da fome e da miséria: transferência direta de renda; ruptura do ciclo de pobreza – com o reforço nas áreas de saúde e educação – e programas complementares de criação de emprego e geração de renda e ações de alfabetização.

A transferência de renda beneficia famílias pobres, com renda mensal per capita de até R\$ 120,00. Essas famílias precisam cumprir a condicionalidade do programa, entre elas, a manutenção dos filhos

na escola, cuidados básicos com a saúde das crianças de zero a seis anos e o acompanhamento médico para gestantes e mães em amamentação.

Os efeitos do Bolsa Família já revelam reflexos positivos na redução da pobreza no Brasil. A última Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio (PNAD), do IBGE, apontou uma queda de 8% no índice de miséria no país, de 2003 para 2004. A pesquisa mostra também que as crianças das famílias beneficiadas pelo Bolsa Família têm mais oportunidades de escolarização. Dos beneficiados, a taxa de analfabetismo é de 21%, entre os que têm mais de 15 anos e cai para 6% no grupo de 10 a 14 anos.

Outra pesquisa feita pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) com 2.317 famílias de 86 municípios de todas as regiões brasileiras apontou que a renda média mensal dos beneficiários do Bolsa Família

aumentou em 21%. O levantamento revelou ainda que 62% dos adultos e 66% das crianças que participam do Programa fazem três ou mais refeições diárias.

Esses resultados reforçam a decisão do Governo Federal em dar prioridade ao combate à fome por meio de políticas voltadas para a segurança alimentar e nutricional da população. É o que o Governo Federal tem feito por meio de vários programas para melhorar o acesso das famílias ao alimento – sendo que o principal deles é o Fome Zero, em especial a transferência de renda promovida pelo Bolsa Família.

As diversas políticas implementadas criam novas possibilidades de exercício



IPEA/Divulgação

**BOLSA FAMÍLIA** reduz a fome no Brasil

da cidadania e permitem que os excluídos sejam protagonistas de sua própria emancipação.

## Mobilização estimula desenvolvimento sustentável

Bruno Spada/MDS



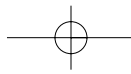
**MAIS DE 140 MIL** cisternas foram construídas no semi-árido brasileiro

**A** sociedade civil organizada tem papel fundamental no desenvolvimento social e econômico do semi-árido brasileiro. Na linha das ações do Fome Zero, a Organização Não-Governamental Articulação no Semi-Árido (ASA), em parceria com a Febraban e com o MDS, foi decisiva para mudar a realidade de mais de 586 mil pessoas de pequenas propriedades rurais, vítimas da estiagem.

O Governo Federal se uniu a diversas entidades parceiras e

investiu R\$ 235 milhões para construir mais de 140 mil cisternas na região.

Outros programas também estão atendendo a população do semi-árido: 2 milhões de pessoas são beneficiadas com os programas de assistência social, com investimento anual de R\$ 1,4 bilhão; o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) atende 261,6 mil crianças e adolescentes e ainda há investimentos em hortas e cozinhas comunitárias, restaurantes populares e banco de alimentos.



# combate à fome



## Programa incentiva produção de alimentos da agricultura familiar

Ubirajara Machado/MDA



O PAA ESTIMULA a permanência do trabalhador rural em sua região de origem

O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), uma das ações do Fome Zero, foi implementado em 2003 e já investiu, até março deste ano, R\$ 742 milhões provenientes do MDS. Mais de cinco milhões de pessoas estão sendo beneficiadas, entre agricultores, pessoas atendidas por programas sociais, crianças de escolas públicas e cidadãos em risco alimentar.

Depois de quase três anos, o PAA oferece respostas concretas de inclusão social

no campo: estímulo à permanência do trabalhador rural na sua região de origem e o combate à fome.

Por meio do PAA, 2,7 milhões de cestas de alimentos foram entregues a indígenas, quilombolas, acampados da reforma agrária e segmentos sociais vítimas de adversidades climáticas ou atingidos por barragem. Cerca de 14 mil toneladas de alimentos foram entregues a entidades assistenciais e a bancos de alimentos. Outras 49 mil toneladas foram distribuídas diretamente à popu-

lação que vive em insegurança alimentar. Além disso, 700 mil litros de leite são distribuídos diariamente na região semi-árida.

O sucesso do PAA está na participação ativa de associações, sindicatos, cooperativas, movimentos sociais, Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional e órgãos do Governo Federal. Cabe à Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) operacionalizar as ações diretas de comercialização e doação de produtos da agricultura familiar.

### Escolas-irmãs

O Programa Escolas-Irmãs incentiva o intercâmbio cultural entre dez estados brasileiros e a cidade de Cistella, na Espanha. Mais de 51 mil alunos participaram do projeto.

### Setor empresarial

Desde 2003, o setor empresarial criou mais de mil projetos emergenciais e estruturantes no âmbito do Fome Zero, com o apoio de empresas públicas e privadas, que se uniram para implementar ações emergenciais e estruturantes do Programa.

### Talher mobiliza entidades para o combate à fome

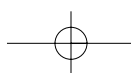
O Governo Federal passou a tratar o combate à fome como prioridade e assunto mobilizador da sociedade civil organizada. Ligado à Assessoria Especial de Mobilização Social da Presidência da República, o Talher (Rede de Educação Cidadã) promove a organização e a educação popular das famílias em condições de vulnerabilidade social.

Em 2005, foram mobilizadas mais de 30 mil pessoas, num amplo trabalho de educação popular. O grande desafio desta Rede tem sido auxiliar as famílias a construir as portas de saída de programas sociais.

Com os movimentos sociais – desde o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e movimentos de catadores

de lixo e cidadania, passando por pastorais e igrejas, movimentos *hip-hop*, organizações quilombolas e indígenas, até pequenas organizações e associações de moradores – a Rede ajuda as comunidades na garantia da segurança alimentar e nutricional.

A Rede está presente em todo o Brasil com a adesão voluntária de mais de 500 educadores populares, que promovem oficinas de formação para agentes multiplicadores e para as famílias beneficiadas pelo Fome Zero. O Talher ainda articula mais de 1.100 entidades da sociedade civil que investem no desenvolvimento da economia solidária e na geração de emprego e renda.



## Conselhos Federais de Direitos e de Políticas Públicas

CONSELHO	CONTATO
Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH)	(61) 3429-3106
Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda)	(61) 3429-3848
Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM)	(61) 3223-0314 / 0396
Conselho Nacional dos Direitos do Idoso (CNDI)	(61) 3429-3598
Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (Conade)	(61) 3429-3673
Conselho Nacional de Juventude (Conjuve)	(61) 3411-3560 / 3548
Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial	(61) 3411-4942
Conselho Nacional das Cidades	(61) 2108-1641
Conselho Nacional de Educação (CNE)	(61) 2104-6339
Conselho Nacional de Saúde (CNS)	(61) 3315-2150
Conselho Nacional de Política Cultural	(61) 3316-2212
Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama)	(61) 4009-1205
Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS)	(61) 3433-5582
Conselho Nacional dos Refugiados	(61) 3429-3659
Conselho Nacional de Esporte (CNE)	(61) 3217-1850
Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea)	(61) 3411-2747
Conselho Nacional de Economia Solidária	(61) 3317-6533
Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca	(61) 3218-2892
Conselho Nacional de Transparência Pública e Combate à Corrupção	(61) 3412-7251
Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES)	(61) 3226-3045
Conselho Nacional de Política Agrícola	(61) 3433-5300 / 5301
Conselho Nacional da Previdência Social (CNPS)	(61) 3317-7931 / 32
Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CCT)	(61) 3429-3456
Conselho Nacional de Combate à Discriminação	(61) 3429-3199
Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos Contra a Propriedade Intelectual	(61) 3411-3220
Conselho Nacional Antidrogas (Conad)	(61) 3414-5805 / 5869
Conselho Nacional de Defesa Civil (Condec)	(61) 2108-9402
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)	(61) 3317-7800 / 22
Conselho Nacional de Informática e Automação (Conin)	(61) 3429-3463
Conselho Nacional de Imigração	(61) 3317-6417
Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCCP)	(61) 3319-5555
Conselho Nacional de Política Energética (CNPE)	(61) 4009-1291 / 1292
Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH)	(61) 3429-3854
Conselho Nacional de Segurança Pública (Conasp)	(61) 3429-3816 / 3445
Conselho Nacional de Trânsito (Contran)	(61) 3412-7251
Conselho Nacional de Turismo (CNT)	(61) 3321-7749
Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf)	(61) 2191-9871
Conselho Nacional da Amazônia Legal (CONAMAZ)	(61) 4009-1430

### Expediente



Esta é uma publicação da Secretaria-Geral da Presidência da República  
 Jornalista responsável: Dorian Vaz (MG 04541 JP)  
 Redação: Dorian Vaz, Flávia Rochet, Janaína Santos e Marina Spínola  
 Assessora Técnica: Catherine Alves  
 Secretária: Patrícia Memória

Endereço: Pça. dos Três Poderes, Palácio do Planalto,  
 4º andar – 70.150-900 Brasília-DF  
 Telefone: (61) 3411-1407  
[www.presidencia.gov.br/secgeral](http://www.presidencia.gov.br/secgeral)

# Jovens conquistam novos espaços de cidadania

A criação de novos conselhos de políticas públicas garantiu a participação e a influência da sociedade nas ações adotadas pelo Governo Federal. O Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) é um dos espaços de participação criados para a construção de políticas públicas voltadas para os jovens.

Instalado em agosto de 2005, o Conselho é parte fundamental da Política Nacional de Juventude e assessora a Secretaria Nacional de Juventude da Secretaria-Geral da Presidência da

República na formulação das ações do governo para a área da juventude. O Conselho monitora e acompanha a implementação de ações e políticas para os jovens, além de promover reflexões e debates relacionados ao assunto. É o caso, por exemplo, da elaboração do projeto do Plano Nacional da Juventude (PL nº 4.530/2004) pela Câmara dos Deputados. O Projeto já foi discutido algumas vezes pelo Conselho, que tem participado e acompanhado atentamente o processo de formulação e de tramitação da proposta.

Vinculado à Secretaria-Geral, o Conjuve é formado por 40 representantes da sociedade civil de todas as regiões do país e por 20 conselheiros representantes do poder público. Além da Secretaria Nacional de Juventude fazem parte do Conselho todos os ministérios que têm programas voltados para os jovens, a Frente Parlamentar de Políticas para a Juventude da Câmara dos Deputados, o Fórum Nacional de Gestores Estaduais de Juventude e representantes das associações de prefeitos.

O Conselho Nacional de Juventude reflete a pluralidade da sociedade, por meio de diversas formas de organização e participação da juventude brasileira, do movimento estudantil à rede de jovens ambientalistas, dos trabalhadores rurais e urbanos aos negros, indígenas e quilombolas, das mulheres aos empreendedores, do movimento hip-hop aos participantes de organizações religiosas

Ricardo Stuckert/PR



CERIMÔNIA DE INSTALAÇÃO do Conselho Nacional de Juventude

## CDES propõe Agenda de Desenvolvimento

O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) foi criado em maio de 2003 com o objetivo de estabelecer canais de debate em torno de temas fundamentais para o desenvolvimento do Brasil. O Conselho é integrado por 103 membros, sendo 90 representantes da sociedade civil, intelectuais e personalidades públicas, além de 13 ministros e do Presidente da República.

A exemplo de outros Conselhos, a criação do CDES ampliou os espaços de interlocução entre o governo e a sociedade. Trabalhadores, movimentos sociais, empresários e personalidades discutem em posição de igualdade questões imprescindíveis para o desenvolvimento do país.

Os diálogos produziram resultados concretos e a elaboração de importantes projetos de lei, como o que reduziu a carga tributária das micro e pequenas empresas. O projeto, já aprovado pela Câmara dos Deputados, estabelece 11 faixas de tributação e alíquotas do Simples permitindo a inclusão ao

sistema de 250 mil micro e pequenas empresas. O CDES também contribuiu na elaboração do projeto de lei que cria o Estatuto Nacional da Micro e Pequena Empresa.

A atuação do CDES mereceu reconhecimento por parte da Organização das Nações Unidas (ONU), que em janeiro deste ano assinou um memorando para a disseminação de Conselhos na América Latina com base na experiência brasileira.

A construção da Agenda Nacional de Desenvolvimento (AND), aprovada por unanimidade pelo Pleno do Conselho, foi outro passo importante do CDES. A AND apresenta diretrizes estratégicas para orientar ações de combate às situações que impedem ou dificultam o desenvolvimento do Brasil.

O CDES obteve em 2005 consenso na aprovação dos relatórios sobre Desindexação da Economia e sobre Micro e Pequenas Empresas, Autogestão e Informalidade, aprovando ainda, por ampla maioria, a recomendação de ampliação do Conselho Monetário Nacional.

Wilson Dias/ABr



REUNIÃO DO CDES, no Palácio do Planalto, sobre o relatório nacional dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

# Diálogo com sociedade civil internacional é fortalecido

O diálogo com todos os segmentos da sociedade civil também vem sendo adotado pelo Governo Federal em âmbito internacional e as bases desse diálogo são cada vez mais amplas: vão desde as negociações comerciais na OMC, ao aprofundamento da integração regional no Mercosul.

A inclusão da sociedade civil na dinâmica das negociações globais representa a abertura de espaço inédito a setores tradicionalmente excluídos dos acordos internacionais, como a agricultura familiar. Na 2ª Conferência sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural da FAO/ONU, ocorrida em Porto Alegre, 50% da delegação brasileira era formada por líderes de movimentos sociais ligados à reforma agrária, à defesa do meio ambiente, à soberania alimentar e à agricultura familiar.

A América do Sul ocupa um lugar de destaque na política externa brasileira e as relações com a sociedade civil latino-americana priorizam o tema da integração. Para buscar uma maior participação cidadã no fortalecimento do Mercosul, o governo, em parceria com o Foro Consultivo Econômico-Social do Mercosul, vem promovendo os "Encontros com o Mercosul", um ciclo de conferências que têm o objetivo de envolver as organizações da sociedade civil nas discussões sobre o tema. Desde 2005, foram realizados cinco Encontros do Mercosul, em Recife, Salvador, Belém, Belo Horizonte e Fortaleza. Em agosto de 2006 o Brasil assume a presidência *pro-tempore* do Mercosul e o governo continuará a fortalecer o conceito de "Mercosul Cidadão", visando maior participação da sociedade civil no bloco.

Também com a ONU, o governo iniciou e coordena a parceria com a Universidade para a Paz (UPAZ), envolvendo universidades brasileiras, entidades da sociedade civil e gestores públicos.

O governo brasileiro, por meio da Secretaria-Geral da Presidência da República, tem contribuído para que a sociedade tenha participação autônoma nas várias edições do Fórum Social Mundial em Porto Alegre, em Bombaim (Índia) e em Caracas (Venezuela). O governo também esteve presente na 2ª fase da Cúpula Mundial da Sociedade da Informação da ONU, ocorrida na Tunísia, quando apresentou projetos de inclusão digital no estande "Casa Brasil", uma iniciativa da Secretaria-Geral da Presidência da República.

Outra marca do diálogo internacional foi a inserção do eixo social no calendário do Ano Brasil na França. No Foro Franco-Brasileiro da Sociedade Civil, mais de duzentas lideranças sociais debateram temas sobre modelos de agricultura familiar e de desenvolvimento rural sustentável, a função social da cidade, economia solidária e segurança alimentar e novos mecanismos para financiar o desenvolvimento.

Também foi intensificado o contato do governo com o mundo acadêmico, com os movimentos sindicais e com intelectuais de diversos países. Nas viagens ao exterior, o presidente da República se reúne não apenas com governo e empresários, mas também com representantes dos trabalhadores, como foram os encontros com a AFL e CIO, nos Estados Unidos; CGIL, CISL e UIL, na Itália; KCTU, na Coreia do Sul; CTA e CGT na Argentina e COSATU, na África do Sul, entre outras.

E é com o objetivo de manter uma interlocução permanente e qualificada com todos os segmentos da sociedade civil que o governo continua a envolver os movimentos organizados brasileiros e internacionais em sua agenda.

**Com o objetivo de manter uma interlocução permanente e qualificada com todos os segmentos da sociedade civil, o governo continua a envolver os movimentos organizados brasileiros e internacionais em sua agenda**

## Movimentos sociais participam da Ação Global contra a Fome e a Pobreza

Combater a fome, superar a pobreza e aumentar os recursos disponíveis para financiar o desenvolvimento dos países mais pobres são os principais objetivos da Ação contra a Fome e a Pobreza. Por iniciativa do governo do Brasil e dos movimentos sociais brasileiros, a Ação foi lançada em setembro de 2004, na sede da ONU em Nova Iorque.

O combate à fome ganhou prioridade na agenda social do governo e foi colocado também como tema relevante na agenda externa. A ação é realizada em parceria com os chefes de Estado e de Governo da Alemanha, Argélia, Chile, Espanha e França, com o apoio do secretário-geral da ONU, Kofi Annan.

O Encontro de Líderes para uma Ação Contra a Fome e a Pobreza, realizado em setembro de 2004, teve o objetivo de estimular o debate internacional sobre os mecanismos inovadores de financiamento e desenvolvimento. Mais de 50 governantes compareceram ao evento e mais de cem países manifestaram apoio à declaração de Nova Iorque.

Pela primeira vez, por iniciativa do governo brasileiro, movimentos sociais e sindicais de todo o mundo tiveram participação destacada no Encontro de Nova Iorque e estão engajados ativamente no seus desdobramentos. Um grupo técnico formado por representantes dos países promotores da Ação está encarregado de propor fontes de financiamento.

Outras propostas também vêm sendo discutidas, entre elas, a criação de uma taxa sobre viagens internacionais, cujos recursos serão utilizados para o combate à AIDS, tuberculose e malária. O Brasil preside um grupo piloto que reúne cerca de 50 países que apóiam a iniciativa.

Em julho de 2006, o Brasil irá sediar uma

Conferência sobre Mecanismos Financeiros Inovadores, com o objetivo de avaliar as ações já realizadas pelos governos e pela sociedade civil internacional e de impulsionar esta campanha global.



CONFERÊNCIA "CHAMADA GLOBAL CONTRA A POBREZA", no Fórum Social Mundial de Porto Alegre

Ricardo Stuckert/PR